

RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS EM TORNO DO TRABALHO, SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

FAMILY AND SOCIAL RELATIONS RELATED TO WORK, HEALTH AND SOCIAL PROTECTION

RELACIONES FAMILIARES Y SOCIALES RELACIONADAS CON EL TRABAJO, LA SALUD Y LA PROTECCIÓN SOCIAL

Prezados(as) leitores(as), o segundo número do ano de 2022 da revista '**OIKOS: Família e Sociedade em Debate**' apresenta, de forma multidisciplinar, dez artigos dentro da seção variata e agrupa textos que tematizam as mais diversas relações sociais e familiares em interface com os temas terra, trabalho, alimentação, violência de gênero e proteção social, sendo que, em alguns artigos, o tema principal se articula ao contexto da pandemia da covid-19.

O primeiro artigo, intitulado *A luta pela terra em Sergipe: uma análise dos acampamentos nos anos de 2009 e 2018*, de autoria de William Barbosa Valadao, Junia Marise Matos de Sousa e Celso Donizete Locatel, trazem uma discussão que enfatizam que, para milhares de camponeses brasileiros, a luta pela terra representa uma jornada de sobrevivência e de reprodução familiar, uma vez que essa luta se estende na busca de condições favoráveis à reprodução simples ou expandida das famílias. De acordo com os dados da pesquisa, o número de famílias que ainda não tiveram acesso à terra (acampadas ao redor do latifúndio e nas margens de rodovias, ou marginalizadas nas cidades) é maior do que o número daqueles que atingiram a condição de assentados. Para tanto, os autores propõem uma discussão que perpassa a importância da organização dos trabalhadores rurais sem terra em diversos movimentos, destacando como essa organização legítima entre aqueles que vivem do acesso à terra se configura como uma das únicas oportunidades para “mudarem de vida” e garantirem sua reprodução social.

No campo dos estudos sobre o trabalho, temos dois artigos que analisam duas regiões do Brasil – Minas Gerais e Mato Grosso. O primeiro intitulado *Diagnóstico laboral: um exercício*

a partir dos dados do emprego formal de Minas Gerais, Brasil, de autoria de Gustavo Bruno Pereira de Souza e Maria das Dores Saraiva de Loreto, busca dimensionar o mercado de trabalho formal mineiro, considerando suas propensões e as principais características do perfil dos trabalhadores nele inseridos entre os anos de 2010 a 2019. De acordo com os resultados, o ano de 2011 foi o que teve o maior número de admissões formais em Minas Gerais, marcado por uma forte participação de homens com idade entre 18 e 39 anos. Os índices analisados não se apresentaram de forma homogênea no território, ao demonstrar que os maiores escores ficaram isolados em algumas poucas regiões do Estado.

Dando continuidade às discussões sobre a temática, Elke Luanne da Silva Xavier e Edite Maria Sudbrack apresentam o texto intitulado *O funcionário escolar como educador: formação e valorização dos trabalhadores em um município do Mato Grosso*. O objetivo foi analisar se a formação dos funcionários escolares contribui com o Projeto Educativo das escolas estaduais do município de São José do Povo/MT. Assim sendo, foi verificado que a formação dos funcionários escolares contribui com o Projeto Educativo das escolas estaduais do município de forma pouco expressiva, sendo que tanto os funcionários quanto os gestores demonstraram ter consciência da importância dos cursos de formação no desenvolver de suas atividades dentro da escola. Diante dos resultados, as autoras propuseram a elaboração de uma cartilha ilustrativa para os docentes trabalharem em sala de aula com os alunos, promovendo a conscientização do papel dos funcionários das escolas como atores do processo educativo.

No âmbito das discussões sobre Turismo e Hotelaria, dois artigos trazem contribuições importantes para o segmento. O primeiro, de autoria de Salomé Ferreira Lima e Mônica Del Rio Benevenuto, intitulado *Abrindo as portas da casa e do sítio para turista: entre o privado e o público* buscou investigar junto a proprietários da Pousada e amigos, o que se impõe no estreitamento entre esferas privada e pública, a partir de práticas turísticas vivenciadas em uma casa/pousada rural, localizada na Serra do Matoso/RJ. As autoras enfatizam que “o abrir as portas para turistas” está relacionado com uma dinâmica que se sujeita ao que é imposto pelo mercado turístico, enfatizando sobretudo, que esse movimento é estabelecido na tensão entre interesses da esfera pública e privada.

Trazendo uma perspectiva a partir das questões oriundas da pandemia da covid-19 e suas relações com as dinâmicas do turismo/hotelaria, o segundo artigo deste bloco é intitulado *Impactos da pandemia na hotelaria: um estudo sobre os protocolos e desafios às políticas de sustentabilidade*. As autoras Mariana Pires Vidal Lopez, Patrícia Oliveira de Freitas e Sandra Vargas objetivaram compreender os impactos dos protocolos sanitários e das políticas de

sustentabilidade na prevenção e controle da pandemia, a partir do ponto de vista dos/as gestores/as do setor hoteleiro nas regiões turísticas do Brasil. O estudo revelou que as políticas de sustentabilidade sofreram impacto no período de pandemia e que a sustentabilidade ambiental foi fortemente comprometida, especialmente pelo aumento do consumo de descartáveis, porém, a dimensão social teve uma ampliação com o aumento da aquisição de produtos locais.

Seguindo as discussões sobre os desdobramentos da pandemia da covid-19, o sexto artigo desta edição intitula-se *O impacto da pandemia de covid-19 no cotidiano das mulheres: cuidados domésticos familiares e as dificuldades enfrentadas*, de autoria de Cássia Maria Carloto, Nayara Cristina Bueno e Valdirene Aparecida Scodro Peixoto. As autoras discutem como a pandemia de Covid-19 afetou, de forma negativa, o cotidiano das famílias brasileiras, em três municípios do estado do Paraná-BR. As autoras problematizam as dificuldades das beneficiárias do Programa Bolsa Família para administrar os cuidados e uso do tempo no trabalho doméstico-familiar, com destaque para a educação formal de crianças. O estudo aponta que os impactos se manifestam de forma diferenciada, conforme a posição de classe, de gênero e de raça, especialmente em relação às mulheres pobres, em sua maioria negras, que vivem em territórios vulneráveis, sendo estas as que foram mais afetadas e tiveram uma sobrecarga de trabalho de cuidados na esfera doméstico-familiar.

O sétimo artigo traz uma discussão em torno das questões de saúde. O texto é de autoria de Evandro Camargos Teixeira, Michele Lopes Pereira e Wellington Adilson Domingos Júnior e é intitulado *Gastos em saúde no Brasil e suas macrorregiões a partir de distintos níveis de renda*. Neste manuscrito os autores analisam os gastos com saúde das famílias brasileiras em relação a suas rendas, considerando, sobretudo, as macrorregiões do país a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao período 2017-2018. Os resultados apontam que as famílias mais pobres, concentradas principalmente nas regiões Norte e Nordeste, possuem proporcionalmente maior gasto com saúde, destacando-se aqueles relacionados a medicamentos em geral, além de consultas e exames, diferenciando de outras regiões do país como o Sul e o Sudeste – onde há maior concentração das riquezas.

No âmbito das discussões sobre proteção social, dois artigos problematizam o termo, sendo o primeiro a partir da legislação social para a pessoa idosa e o segundo a partir das ações de supervisão técnica junto às equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). No texto *Em nome do cuidado eles cometem a maior violência: a conjugalidade vigiada da pessoa idosa*, Weverton Fernandes Bento Alves analisa a obrigatoriedade do regime de

separação de bens entre pessoas maiores de 70 anos que pretendem se casar, visando demonstrar os conflitos existentes entre os direitos humanos e fundamentais e a prescrição legal contida no art. 1.641, inciso II, do Código Civil brasileiro vigente. O autor procura estabelecer uma relação entre o interesse individual e social do/ai idoso/a acerca da limitação de vontade imposta pela legislação brasileira. Os resultados mostram que as limitações advindas da velhice não representam diminuição ou perda de capacidade de discernimento do/a idoso/a, posto que consistem em meras limitações ou dificuldades decorrentes de questões biológicas que não estão ligadas a capacidade de autodeterminação daqueles que envelhecem. Assim sendo, a obrigatoriedade imposta aos septuagésimos se mostra como um mecanismo de controle social que objetiva manter a sistemática do/a idoso/a como sujeitos inferiores, de modo que sua conjugalidade deve ser vigiada para que se mantenha protegida a sua propriedade.

No artigo *Estratégias de supervisão técnica no âmbito proteção social básica*, a autora Maira Ribeiro de Souza apresenta as estratégias adotadas pela gestão da Proteção Social Básica para a realização de ações de supervisão técnica junto às equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em um município da Zona da Mata Mineira, no período de 2017 a 2020. Os dados revelam que as práticas de supervisão técnica contribuem para a qualificação dos serviços ofertados, além de auxiliar a própria gestão no desenvolvimento de estratégias coerentes com a realidade vivenciada pelos profissionais em seu cotidiano de trabalho.

Finalizando as discussões desta edição, o artigo intitulado *Fatores que se interpõem a formação de hábitos alimentares saudáveis na infância e na adolescência: a visão das mães, dos pais ou responsáveis*, Mirele Vicente da Silva Gomes e Joseana Maria Saraiva, discutem a formação de hábitos alimentares saudáveis na infância enfatizando sobre sua importância para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde em todas as fases da vida. As autoras identificam e analisam quais os fatores que se interpõem à formação de hábitos alimentares saudáveis na infância e na adolescência, a partir das representações sociais das mães, dos pais ou responsáveis pelas crianças e pelos/as adolescentes, participantes de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal Rural do Pernambuco. Os resultados da pesquisa mostram, entre outros fatores relevantes, que há uma falta de conhecimento acerca do assunto, embora os participantes demonstrem que os gostos e os sabores alimentares familiares exercem influências na formação dos hábitos alimentares.

Assim, com artigos de temáticas e abordagens diversificadas, nós editores esperamos que os(s) leitores(as) da revista **OIKOS: Família e Sociedade em Debate** apreciem a leitura

dos textos, desejosos que as discussões levantadas possam contribuir para a compreensão da complexidade envolvida nas relações entre a família e a sociedade.

Uma boa e agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista¹

¹ Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Editor Adjunto da Revista Oikos – Família e Sociedade em Debate. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7067-560X>
E-mail: fabiano.batista@ufv.br